



"Emily Davison (1872-1913) morreu a defender um direito que hoje, no mundo ocidental, é inquestionável: o direito de as mulheres votarem como os homens já o faziam..."

Ser Mulher é Ser-se Excluído Sem Alternativa?

M. M. Camilo Sequeira*

A expressão da religiosidade é um dos meus interesses de há muito. Já o era quando praticava uma confissão tendo-se tornado bastante mais presente após descobrir que Deus não existe. E impressiona-me particularmente que os monoteísmos, que se pode afirmar serem dominantes na vida de hoje do mundo dito ocidental, tenham sido construídos, sempre e todos, a partir de uma exclusão.

Quer quando se é povo escolhido, o que significa que há povos excluídos da filiação teísta assim se demonstrando, de forma suficiente, a má obra criadora do criador, quer quando se define uma comunidade de crentes que, para afirmar a sua razão, tem de promover um contínuo viver em conflito com os excluídos da mesma a quem chama infieis. Também assim demonstrando, no mínimo, a mediocridade criativa do criador.

Tal criador que tão mal cria não se pode arrogar o título de deus.

Mas ainda mais absurdo do que a separação dos homens como um todo em nome de um deus onipotente e onisciente (e sumamente bom), é o bizarro de todos os inventores das religiões terem, dentro da comunidade já sectária dos crentes, criado outras exclusões como valor, como norma, dessas crenças.

Refiro-me à subalternização da metade feminina dessas comunidades. Que é comum a judeus, cristãos e muçulmanos.

Claro que estas religiões foram inventadas muito tempo depois do tempo em que a mulher era associada à criatividade da terra e detinha um simbólico de respeito que atemorizava e ou intimidava os seus parceiros masculinos.

Que se terá perdido, e até hoje não voltou a ser

recuperado, quando o ser humano masculino se "especializou em caçador" e passou a dedicar-se predominantemente a esta actividade dela fazendo o suporte, talvez mais importante, da subsistência da tribo.

E refiro este tempo da existência primeva do animal que somos porquanto admito que, quando as guerras entre grupos se tornaram comuns na vida destas comunidades dos nossos antepassados, os combates deveriam ser vivenciados pelos dois géneros sem domínio particular de um deles. Pelo menos nos tempos muito primeiros.

A guerra como forma de definição de espaço e de poder, com o monopólio dos combates a pertencer ao masculino, deve ser posterior e talvez tenha coincidido com a divisão de obrigações nos grupos ficando a caça e outras violências com os homens e a manutenção do espaço da convivência entregue às mulheres.

■ PODER DIVIDIDO

Esta divisão de responsabilidades "auxiliou" a mulher a perder o simbólico do seu poder no grupo e a adquirir um estatuto de menoridade de que nunca mais se libertou.

As confissões religiosas monoteístas "do livro" (mas também a organização social da maior parte das comunidades no oriente sem que isso possa ser atribuído a contaminação por estas), construíram-se sobre esta realidade social e tudo fazem para a manter.

O que me confunde é que este normativo se mantenha ao longo dos anos apesar das tantas alterações sociais que tem tido a vida comum no mundo ocidental ou por este influenciado.

Porquê a manutenção desta subalternidade? Porquê tão grande resistência a qualquer medida que a possa minimizar?

Diz-se, de forma simplista, que entre os muçulmanos as comunidades ainda se mantêm demasiado próximas da Idade Média e que esta circunstância os impede de "progredirem". Este argumento não me parece aceitável.

Porque quando nos cruzamos com muçulmanos nos "países do ocidente" o que vemos é um grupo onde o homem veste calções e T-shirts decorativas e calça ténis e as mulheres se vestem com "djellaba", cobrem o cabelo, muitas vezes o rosto, e a única concessão que fazem ao mundo não muçulmano é deixar ver os olhos extremamente pintados quando, por acaso (ou talvez não), os seus olhares encontram os nossos.

E também me parece desadequada a tese que pretende que esta atitude é uma forma de reacção "da mulher" muçulmana contra a moral, tida como imoral, do ocidente que despe as mulheres e faz disso negócio. Mormente porque em contextos sociais de menor exposição pública esta potencial afirmação moral se torna menos relevante sendo usados vestidos "à ocidental" e, se as circunstâncias não lhes forem agressivas, as muçulmanas usam fatos de banho como qualquer outra mulher do mundo de moral tida como laxa.

Entre os judeus a subalternização não será um costume de época antiga mas antes um estigma inequivocamente religioso. Mas como (felizmente, digo eu) a confissão tem diferentes formas de expressão, diferentes tradições, também tem diferentes formas de ver as suas mulheres. Uma mais fixadas aos usos rígidos do passado, outras

* Chefe de Serviço de Medicina Interna.

mais adaptadas ao mundo que dizemos moderno. Estas diferenças permitem que, socialmente, muitas judias possam ter cargos públicos e significativa relevância social. Mas nunca em igualdade estatutária na confissão.

E entre as múltiplas confissões cristãs há algumas que tentam resistir à “imoralidade” dos tempos modernos só permitindo a entrada de mulheres nos seus locais de culto com braços e pernas cobertos e até há alguns anos com véu sobre a cabeça. Mas a variabilidade é o padrão deste grupo confessional. Entre os seus agentes há homens muito rigorosos e outros que pouco ou nada se importam com estas normas. No entanto tudo que respeite à orientação do culto está vedado, total ou parcialmente, à componente feminina das comunidades

Poder-se-ia acreditar que estas diferenças representam, de facto e realmente, as adaptações possíveis das confissões à mudança de estatuto social das mulheres nos seus mundos de hoje.

Aceitando-se que por terem suportes culturais diferentes e tempos de existência prática também diferentes cada uma delas tem feito o que pode para se adaptar ao mundo novo. Mas pretendendo fazê-lo sem “atropelarem” o que os seus “mandantes” consideram essencial.

■ EXCLUSÃO COMO NORMA

Que, de facto, é a exclusão. Ou, pelo menos, é um dos essenciais. Por exemplo a exclusão das responsabilidades como oficiantes da confissão. Entre os cristãos apenas as igrejas da Reforma têm tentado abrir às mulheres lugares de Pastores e até, nas hierarquizadas, lugares de topo desta hierarquia. Mas a da Contra-Reforma e os outros monoteísmos mantêm-se resistentes a essa alteração recorrendo, para suporte da sua oposição, às orientações que encontram nos textos canónicos que mais lhes convêm.

Não mostrando possuir capacidade crítica para reconhecer que esses documentos estão datados e muito maculados pelo particular da vida quotidiana dos locais onde se construíram.

Embora algumas delas já aceitem que muitos dos seus textos interpretativos são, ao fim de algum

tempo, tão canónicos como os mais antigos (a permanente interpretação do obscuro da Tora, actividade quase diária de muito judeu, as análises dos textos corânico e outras feitas principalmente pelos xiitas, as decisões programáticas dos Concílios ou até de algum Papa em situações de urgência como aconteceu com o dogma da infalibilidade).

Mas quanto ao lugar da mulher na crença o assunto, quando abordado, tem reforçado sempre (e continua a fazê-lo) o que se quer valorizar como “estigma de género” para se justificar a persistência da sua exclusão da qualidade de fiel igual ao homem.

E, pelo menos neste caso, parece injusto culpar as circunstâncias políticas em que se inventaram os monoteísmos que são mais ou menos consensuais. Moisés organizou-se como chefe de um grupo de homens e mulheres que entendeu estarem marginalizados no Egipto e inventou-lhes um deus e um espaço para viverem como se fosse vontade desse deus. O preço que tinham que pagar era a dedicação sem alternativa ao mesmo deus e o abandono dos “bezerros de ouro”.

Cristo, tanto quanto se sabe, não inventou religião nenhuma. Era um judeu cismático que, como muitos outros na altura (desconhecidos porque não tiveram seguidores), entendeu justificado promover uma reorganização da confissão que entendia adulterada pelo poder religioso oficial. Pagou tal propósito com a vida que se poderia resumir a isto. Foram outros que, em seu nome, vieram a transformar a sua atitude cismática num corpo doutrinal, atribuindo-lhe dizeres, acções e comportamentos, que são a base “teórica” dos cristianismos.

Maomé inventou uma confissão mas sem escrever uma só linha descrevendo o que o Arcajo lhe ia dizendo. Sabemos que teve um cristão como ajudante (intérprete?) na organização dessas conversas e que pretendia juntar saberes, de judeus e cristãos, para integrar tudo num normativo que fosse aglutinador quer dessas comunidades instaladas na zona quer das tribos animistas que careciam de uma estrutura política integrativa. Também foram outros que, mais tarde, reuniram o que acharam que ele tinha dito,

como verdade revelada, nos textos que suportam as confissões muçulmanas de hoje.

Claro que talvez se possa valorizar a importância da política se por esta considerarmos os usos e costumes dominantes na região onde se inventaram estas confissões. Talvez!

Porque o judaísmo nasce num Egipto onde o estatuto da mulher era de dignidade próxima da do homem mas nada permite concluir que entre os povos escravizados essa fosse a norma. As mulheres trabalhavam como os homens mas o seu estatuto devia ser menor pois era o dominante no mundo semita. Que é o mesmo onde se começa a construir a comunidade de fiéis que aceitou as regras maometanas.

Quanto a Cristo há a impressão histórica de a sua pregação não ter feito distinção entre mulheres e homens o que se pode considerar uma revolução. Para o tempo e para o lugar. No entanto os construtores do cristianismo tiveram o cuidado de, como bons judeus, adaptarem a nova confissão aos usos que predominavam na região colocando “religiosamente” a mulher no seu lugar.

■ FUTURO

Mas quer as confissões queiram ou não queiram, quer os hábitos o aceitem ou não, quer o preconceito tenha ou não poder para se continuar a impor... a verdade é que o mundo de hoje é profundamente diferente do que viu a invenção dos monoteísmos do livro. (Claro que temos muita África, muita América Latina, muita Ásia, a viver em condições socialmente próximas da miséria, sobrevivendo “sabe deus como” de tal forma que falar de mudança parecerá um absurdo. Mas há mudança! A informação vai-se difundindo e o saber-se que existem outros tipos de viver corrói a submissão e o conformismo. E o embrião da revolta cresce obrigando ou à cedência como profilaxia da violência... ou a esta).

Temos hoje, numa parte significativa do Mundo, mulheres a serem maioritárias em actividades até há pouco consideradas como masculinas: médicas, juristas, cientistas, educadoras, professoras. E a aumentarem a sua representatividade entre os políticos profissionais.

Será que continuarão a aceitar passivamente a subalternidade que a sociedade lhes impôs durante séculos e séculos de existência? Será que olharão as suas actuais afirmações em termos puramente individuais ignorando toda uma história de humilhação?

Poder-se-ia dizer que a mulher viveu ontem e ainda vive hoje condicionada pela religião. Mas também se pode dizer que se está a preparar para (já hoje individualmente) amanhã dominar em número e responsabilidade a vida de todos nós. O que nos faz pensar de novo em mudança. Porque a subalternidade é imposta por quem detém o poder. As religiões, pelo menos em teoria, são modelos de vida que querem harmonizar necessidades e

capacidades dos homens em torno de uma ideia. Mas as suas organizações não são democráticas e duvido que o queiram ser alguma vez pelo que a sua adaptação ao futuro parece uma quimera.

E no entanto ele está à nossa porta. Obrigando-nos a pensar em alternativas aos valores em que temos vivido. E a perceber que afinal não somos só humanos masculinos. Alguns dirão que sempre se soube que ao lado destes estavam os humanos femininos. Admito que sim.

Mas em silêncio.

Enquanto hoje se já não são os que mais se ouvem estão muito perto disso.

Será que este ruído, finalmente, vai fazer perceber que ser-se Mulher não significa ser excluído?

Ou será que o futuro é uma guerra... entre homens a pretenderem perpetuar o seu poder e mulheres a dizerem bem alto "estamos aqui" e somos inequivocamente iguais.

Numa sociedade que se quer bela, eterna e jovem o Médico tem uma função que, para o bem e o mal, simboliza o veículo que permite alcançar esse absurdo. E será a mais antiga actividade associada ao estar bem das comunidades.

E como hoje ser-se Médico é cada vez mais ser-se Mulher admito que o prestígio que este trabalho ainda tem pode ser uma alavanca para a promoção de todas as mulheres à dignidade social que nunca deveriam ter perdido... porque ela é a sua identidade. ■